PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 23/2007 de 1 de Fevereiro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *b*), da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

É ratificada a Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Organizações Especializadas das Nações Unidas e o seu anexo IV — UNESCO, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 21 de Novembro de 1947, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 3/2007, em 4 de Outubro de 2006.

Artigo 2.º

Ao texto da Convenção é formulada a seguinte reserva:

A isenção estabelecida na alínea *b*) da secção 19 não se aplica aos nacionais portugueses e aos residentes em território português que não adquiriram essa qualidade para o efeito do exercício da actividade.

Assinado em 18 de Janeiro de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 24 de Janeiro de 2007.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 3/2007

Aprova a Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Organizações Especializadas das Nações Unidas e o seu anexo IV-UNESCO, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 21 de Novembro de 1947.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea *i*) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Aprovar a Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Organizações Especializadas das Nações Unidas e o seu anexo IV-UNESCO, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 21 de Novembro de 1947, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas inglesa e francesa, bem como a respectiva tradução em língua portuguesa, se publicam em anexo.

Artigo 2.º

Ao texto da Convenção é formulada a seguinte reserva:

A isenção estabelecida na alínea *b*) da secção 19 não se aplica aos nacionais portugueses e aos residentes em

território português que não adquiriram essa qualidade para o efeito do exercício da actividade.

Aprovada em 4 de Outubro de 2006.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

CONVENTION ON THE PRIVILEGES AND IMMUNITIES OF THE SPECIALIZED AGENCIES, APPROVED BY THE GENERAL ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS ON 21 NOVEMBER 1947

Whereas the General Assembly of the United Nations adopted on 13 February 1946 a resolution contemplating the unification as far as possible of the privileges and immunities enjoyed by the United Nations and by the various specialized agencies; and

Whereas consultations concerning the implementation of the aforesaid resolution have taken place between the United Nations and the specialized agencies:

Consequently, by resolution n.º 179 (II), adopted on 21 November 1947, the General Assembly has approved the following Convention, which is submitted to the specialized agencies for acceptance and to every member of the United Nations and to every other State member of one or more of the specialized agencies for accession:

Article I

Definition and scope

SECTION 1

In this Convention:

i) The words «standard clauses» refer to the provisions of articles II to IX;

ii) The words «specialized agencies» mean:

a) The International Labour Organisation;
b) The Food and Agriculture Organization of the United Nations;

c) The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization;

d) The International Civil Aviation Organization;

e) The International Monetary Fund;

f) The International Bank for Reconstruction and Development;

g) The World Health Organization;

h) The Universal Postal Union;

i) The International Telecommunication Union; and
j) Any other agency in relationship with the United Nations in accordance with articles 57 and 63 of the Charter;

iii) The word «Convention» means, in relation to any particular specialized agency, the standard clauses as modified by the final (or revised) text of the annex transmitted by that agency in accordance with sections 36 and 38;

iv) For the purposes of article III, the words «property and assets» shall also include property and funds administered by a specialized agency in furtherance of its constitutional functions;

v) For the purposes of articles V and VII, the expression «representatives of members» shall be deemed to include all representatives, alternates, advisers, technical experts and secretaries of delegations;